

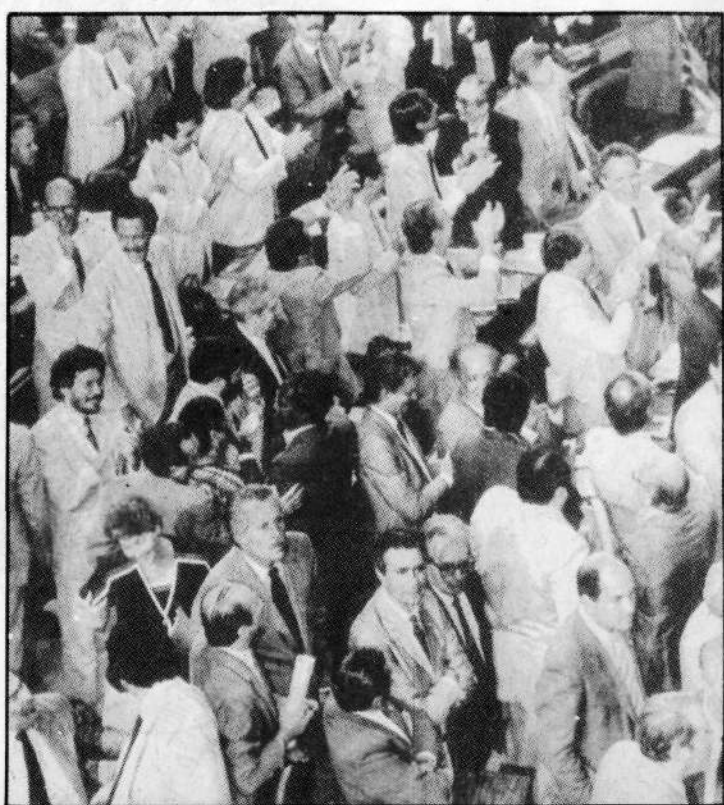
# Plenário rejeita proposta do Centrão

BRASÍLIA — O rompimento de um acordo celebrado segunda-feira com a liderança do PMDB, articulado pelo Deputado Ulysses Guimarães, custou à Constituinte a indefinição sobre o direito de propriedade e ao Centrão a rejeição de sua proposta no plenário.

Os centristas conseguiram 236 votos e os "progressistas", sob o comando do Senador Mário Covas, 248. O texto da Comissão de Sistematização sobre a matéria também não conseguiu aprovação da maioria absoluta dos constituintes, com 214 votos contra 255 favoráveis e 45 abstenções. Da mesma forma, o plenário não acatou as emendas dos Deputados Amaury Muller (PDT-RS) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), o que remeteu o Parágrafo 38 do Artigo 6º da nova Constituição novamente ao Relator Bernardo Cabral, que apresentará nova proposta para ser votada até amanhã.

A votação do direito de propriedade começou às 15h40m de ontem, numa sessão tensa e tumultuada. O Líder do PTB, Gastone Righi, insistia na votação do texto acordado no dia anterior no Palácio do Planalto. Já o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, defendia a votação do substitutivo do Centrão, enquanto Gérson Perez (PDS-PA) classificava de "interferência do Executivo" a votação de uma proposta saída "dos porões ou gabinetes do Palácio do Planalto". Como o texto do acordo não havia sido encaminhado à Mesa, a votação começou pelo substitutivo do Centrão. Sem receber encaminhamentos, mas apenas a orientação de voto das lideranças, foi rejeitado com 248 votos contra, 236 a favor e 19 abstenções.

Proclamado o resultado, Sant'Anna tentou sustar a discussão da matéria, primeiro solicitando nova vo-



Enquanto alguns comemoram a votação, Inocêncio de Oliveira e José Lourenço observam o painel eletrônico



tação do texto do Centrão no prazo de 24 horas — prerrogativa que o Regimento Interno prevê apenas nas votações de títulos e capítulos —; depois alegando não haver pedido de destaque para a votação do texto da Sistematização. Nenhuma das duas questões de ordem foi acatada pelo Presidente da Mesa, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE).

O projeto da Comissão de Sistematização foi encaminhado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso

(PMDB-SP), que centrou sua defesa nas constituições de países capitalistas que submetem o direito de propriedade à sua função social.

O Senador Nelson Carneiro, o segundo a defender o projeto da Sistematização, lembrou que a tese da propriedade submetida ao bem-estar social "não nasceu na Rússia ou na Albânia", mas nas encíclicas dos Papas Leão XIII e Paulo II. O Senador citou o exemplo da recente tragédia ocorrida em Petrópolis para pergun-

tar qual dos constituintes era contra "o bem-estar social, a ecologia e o meio ambiente".

O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) respondeu ao Senador Fernando Henrique Cardoso alegando que a Constituinte não poderia se "curvar ao imperialismo jurídico de outros países". O Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) usou a tribuna mais para defender uma nova tentativa de acordo do que para contraditar a tese em votação.

## No plenário, sessão muito tensa

BRASÍLIA — Pela primeira vez na Constituinte, o lado direito do plenário emudeceu e assistiu à comemoração dos "progressistas" e de um grupo parlamentares centristas que, por 248 votos a 236, impuseram a primeira derrota numérica ao Centrão — depois de rompido o acordo sobre o direito de propriedade.

A sessão começou com os líderes dos dois grupos trocando acusações sobre a responsabilidade de não se ter firmado um acordo sobre o artigo, cujas discussões se arrastam por quatro dias. O Centrão apontou o Senador Mário Covas como o único responsável pela impossibilidade do acordo. Covas contra-atacou, garantindo que a ruptura tinha partido do Líder do PFL, Deputado José Lourenço.

Enquanto os líderes partidários encaminhavam a votação na tribuna, fora dos microfones as declarações eram dispares, até mesmo entre os coordenadores do Centrão.

— Não podemos fugir do acordo — aconselhou o Deputado Luís Eduard Magalhães (PFL-BA), antes da votação. Logo depois, José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) garantiu que o texto resultante do acordo de segunda-feira não seria votado.

Confusos, os constituintes não sabiam, até poucos minutos antes da primeira votação, se existia ou não um acordo.

— Eu vou apurar para saber como voto — avisou o Senador Gérson Camata (PMDB-ES), que tinha recebido informações diferentes: uma garantindo que estava tudo acertado e outra assegurando que o Centrão disputaria a questão no voto.

No meio do plenário, a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) come-

morava, junto ao Senador José Rocha (PMDB-PR), a vitória do entendimento. Pouco depois, ela ajudava a derrotar a emenda do Centrão e se dizia decepcionada com a decisão dos centristas de escolher o caminho da disputa.

O Centrão estava nitidamente dividido. Alguns de seus líderes garantiam que era possível vencer e explicavam como deveria ser a votação do grupo. O Deputado José Lourenço (PFL-BA) andava entusiasmado por entre as bancadas:

— Vamos vencer. É sim — bradava. E a resposta era unânime: um coro de centristas gritava no plenário: "sim, sim", capitaneados pelo Deputado Oscar Corrêa (PFL-MG).

O resultado pôs fim à euforia. Sob o comando dos integrantes do Movimento da Unidade Progressista, o MUP do PMDB, e dos pequenos partidos, a derrota da emenda do Centrão foi amplamente comemorada. Os progressistas não conseguiram número suficiente para derrotar o substitutivo do Centrão, mas, pela primeira vez, tinham arrematado número superior de votos.

— Eu perdi completamente o controle — confessou o Deputado Ricardo Fiuza (PMDB-PE), ao tentar explicar o resultado.

Irritado, José Geraldo Ribeiro acusou seus próprios companheiros de terem imposto uma derrota ao Centrão.

— Agora, eu quero ver como que eles vão explicar a retirada de apoio ao acordo — disse José Geraldo, ao exigir do Deputado Afif Domingos (PL-SP) uma justificativa para fato de ele ter optado pela suspensão do acordo.

## Votação dividiu partidos e grupos

BRASÍLIA — A votação da emenda do Centrão sobre o direito de propriedade evidenciou o que muitos previam: a total pulverização dos votos no plenário da Constituinte. Nenhum segmento político, formal ou informalmente mostrou que pode controlar a vontade de grupos de constituintes.

O Deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), que está anunciando a dissidência do Centrão a partir da saída do grupo "Centro-Democrático", foi o único dessa corrente a mostrar fidelidade ao PMDB: votou não. Com o Centrão ficaram os principais líderes do "Centro-Democrático", como Expedito Machado (PMDB-CE).

Do chamado "PFL do B", alinhado em outras ocasiões com "progressistas" do PMDB, somente o Deputado Jaime Santana (PFL-MA) votou contra o Centrão. Os Senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen votaram a favor.

Vinte e seis membros do Centrão votaram contra a emenda do grupo, entre os quais Francisco Amaral (PMDB-SP), Farabullini Júnior (PTB-SP) e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), filho do Ministro Aluizio Alves. Sete se abstiveram (Guilherme Palmeira, Alcei Guerra, Divaldo Suruagy e outros) e 12 nem mesmo foram ao plenário, embora estivessem em Brasília, segundo informaram os líderes do grupo.

## Fé nas contas de Daso, erro de avaliação fatal

A confiança nos números que alguns de seus integrantes apresentavam foi o que animou o Centrão a enfrentar seus adversários no plenário da Constituinte para deliberar sobre o direito de propriedade. De manhã, antes de comunicar ao Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), que não haveria mais acordo, o Líder do PFL, José Lourenço (BA), recebeu de um dos coordenadores do grupo, o Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), a informação de que poderia contar com 284 votos centristas, mais quatro do que o mínimo necessário à aprovação das matérias.

Pouco antes de começar a votação, o Deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT) comentou com alguns de seus colegas:

— O Daso acaba de nos dizer que dá para ganhar.

A votação, contudo, desmentiu as estimativas do parlamentar do Rio de Janeiro: o grupo conseguiu apenas 236 votos favoráveis a seu texto.

Depois do resultado, Daso Coimbra desmentiu, com uma ponta de irritação, haver garantido a José Lourenço e aos demais

líderes que o Centrão teria mais de 280 votos a seu favor. Ele acabou admitindo que seus cálculos alcançavam apenas 275 votos, o que não dava para aprovar a matéria. Disse, também, que chegou a elaborar uma lista dos centristas que, por um motivo ou outro, não votariam com o grupo.

— Dei aos nossos líderes uma relação de pessoas que não votariam conosco. Eles acharam magnífico, mas botaram no bolso. Não foram falar com nenhum dos parlamentares da minha lista — desabafou.

Daso Coimbra não atribui a derrota em plenário a qualquer divisão que tenha acontecido no Centrão. Prefere se referir a defecções ocorridas por motivos diversos. Justificou a redução dos 299 integrantes do grupo para 275 presentes por razões como doenças, viagens e outros problemas.

Abatido, Daso avaliou o episódio como resultado da falta de lideranças na Constituinte:

— Uns resolvem algumas coisas e outros não aceitam. Ninguém manda em mais de 20 votos aqui.

## Bonifácio de Andrada provocou o rompimento

BRASÍLIA — O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) foi o responsável pela deflagração, na noite de segunda-feira, do processo que culminou com o rompimento do acordo fechado, poucas horas antes, no Palácio do Planalto, entre o Centrão e a liderança do PMDB, sobre o direito de propriedade. O fim do entendimento foi decidido formalmente por um pequeno grupo do Centrão, em reunião no gabinete do Líder do PFL, José Lourenço, e comunicada ao Líder do PMDB, Mário Covas, por volta das 11h50m, através da secretária do Senador.

O resultado da reunião pegou de surpresa até os integrantes do Centrão, inclusive o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Minutos antes da votação do texto do Centrão, o grupo se dividiu no plenário em relação ao rompimento do acordo e houve confusão de alguns menos informados sobre as articulações das lideranças.

Bonifácio de Andrada, o principal negociador do Centrão no Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, sempre foi contrário aos termos do acordo. Quando soube que o grupo havia fechado o entendimento, começou a mobilizar os principais líderes para removê-los de votar o texto, que, desde o início, considerou prejudicial à garantia do direito de propriedade. Outros expoentes do Centrão e não integrantes do grupo começaram a sofrer pressões externas, principalmente dos setores empresariais, conforme admitiram o



Bonifácio conversa com líderes do Centrão sobre o acordo rompido

Deputado Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS) e o Senador Albano Franco (PMDB-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os argumentos de Bonifácio para convencer os companheiros — a maioria interessada em manter o acordo em nome da ética parlamentar — tinham por base um parecer jurídico elaborado pela assessoria do Centrão. O documento afirma que o direito de propriedade não pode ser limitado e que o texto do acordo criava esta condição, ao prever o di-

reito "sem prejuízo do bem-estar social".

Participaram da reunião, além de Bonifácio e Lourenço, os Deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Afif Domingos (PL-SP) e Jofran Frejat (PFL-DF). Após discutirem a matéria, a partir do parecer, concordaram que o melhor texto a ser votado era o do Centrão. A decisão foi reforçada pelo coordenador de mobilização do Centrão, Daso Coimbra (PMDB-RJ), que garantiu quorum para assegurar a vitória.

# Cabral manterá bem-estar vinculado à propriedade

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), manterá a vinculação da propriedade privada ao bem-estar social no texto que apresentará hoje às lideranças partidárias, em reunião no gabinete da Presidência da Constituinte. Ele tentará, desta forma, retirar do "buraco negro" o parágrafo sobre o direito de propriedade. Se o acordo for fechado

de manhã, a votação poderá ser reiniciada à tarde.

Logo após o término da sessão de ontem, Cabral adiantou os principais detalhes da proposta que apresentará hoje:

— O entendimento passa pela garantia da propriedade. Tem que ser prevista a indenização em dinheiro, mas não se pode fugir do uso para o bem-estar social,

ou então que se resguarde no texto a função social da propriedade.

A pressão sobre o Relator começou assim que foi derubada a última emenda sobre o direito de propriedade. Os primeiros a se dirigirem até a Mesa foram o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), responsável pelo rompimento do acordo que teria garantido a votação do tema ontem, e

o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), principal autor da emenda que viabilizou o acordo depois rompido. Em seguida, chegou o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), representante da Liderança do PMDB nas negociações.

Depois de conversar com Cabral, Virgílio Távora voltou animado para o plenário, afirmando que seria mantido o texto básico do

acordo. — Romperam um acordo que estava fechado. Esta é a verdade. Mas, agora, vão fechar em torno daquilo mesmo. A proposta de Cabral mantém o texto da minha emenda, ou melhor, da emenda elaborada por mim e pelo Senador Fernando Henrique (PMDB-SP), com a modificação de algumas palavras — disse Virgílio Távora.

## Centrista atribui derrota à quebra de acordo

O Deputado José Geraldo (PFL-MG), um dos principais negociadores do Centrão, avaliou a derrota do grupo no plenário, na questão do direito de propriedade, como consequência da quebra do acordo firmado com a liderança do PMDB:

— Os centristas que votaram contra o texto estavam, na verdade, protestando pela nossa falta de ética.

Na véspera, coubera a José Geraldo anunciar o acordo entre o Centrão e o PMDB, para aprovar o texto, e ele era um dos mais descontentes com o resultado da votação porque lutou, até o final, para manter o entendimento.

Parlamentar em primeiro mandato, ligado ao ex-Governador Hélio Garcia, José Geraldo integra o Centrão desde a fundação do grupo e é considerado um bom articulador. O



José Geraldo, à direita, discute com Afif Domingos

seu poder de convencimento foi testado quando o grupo o escolheu para colher as últimas assinaturas necessárias para as emendas coletivas e foi bem sucedido na tarefa. Em seguida, foi designado um dos negociadores para o Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Anteontem, coube a José Geraldo a missão de comunicar aos jornalistas, pelo Centrão, que o acordo sobre o direito de

propriedade estava fechado. Com o resultado desfavorável no plenário, ele cobrou dos integrantes do grupo a quebra do acordo:

— Romper um acordo é uma insanidade. Essa atitude vai comprometer todo nosso trabalho.

Ele tentou refazer o entendimento, mas esbarrou em um problema técnico. Todos os autores das emendas fundidas para resultar no texto acorda-

do teriam que assinar a nova proposta e Afif Domingos recusou-se a fazê-lo.

Escolhido pelo Centrão para defender o direito de propriedade, desvinculado de qualquer subordinação ao Estado, ou proteção dele, o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) alcançou ontem o que poucos oradores conseguem na tribuna: aplausos quase unânimes, inclusive da esquerda. O Centrão atribui a ele o fato de os progressistas não terem conseguido aprovar o texto da Sistematização, na segunda votação realizada ontem.

— A propriedade é um direito social — disse o Senador que, a cada frase, era interrompido pelos aplausos. Entusiasmados, os centristas sentiam que o discurso poderia inverter a situação do plenário e provocar o "buraco negro", que obriga a novas negociações.